



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XII — N.º 51

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 1957

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de "veto"

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 7 de maio do ano em curso, às 21 horas, no edifício da

Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei n.º 1.907, de 1952, na Câmara dos Deputados e n.º 171, de 1955, no Senado Federal, que determina a transformação das empresas ferroviárias da União em Sociedades por Ações e autoriza a constituição da Rede Ferroviária S. A.

Senado Federal, em 21 de Março de 1957

Senador Lima Teixeira

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente — Senador Apolônio Sales.
1.º Secretário — Senador Lima Teixeira.
2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.
3.º Secretário — Senador Vitofino Freire.
4.º Secretário — Senador Kerginaldo Cavalcanti.
1.º Suplente — Senador Mourão Vieira.
2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Comissão Diretora

Apolônio Sales — Presidente.
Lima Teixeira
Freitas Cavalcanti.
Vitorino Freire.
Kerginaldo Cavalcanti.
Mourão Vieira.
Prisco dos Santos
Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissões Permanentes

Comissão de Constituição e Justiça

Cunha Mello — Presidente.
Argemiro de Figueiredo — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Gaspar Veirosso.
Ruy Carneiro
Lourival Fontes
Lima Guimarães.
Daniel Krieger.
Atílio Vivacqua.
Linet Prestes

Secretário — Alcécio dos Santos Andrade.

Reuniões — Terças-feiras, às 10 hs.

Comissão de Economia

Juracy Magalhães — Presidente.
Fernando Távora — Vice-Presidente.
Alô Guimarães
Carlos Lindenberg.
Gomes de Oliveira
Alencastro Guimarães.
Júlio Leite.
Reuniões: quartas-feiras, às dezesseis horas
Secretário — Renato de Almeida Chermont.

Comissão de Educação e Cultura

Lourival Fontes — Presidente.
Ezequias da Rocha — Vice-Presidente.
Nelson Fermo.
Assis Chateaurand
Vivaldo Lima
Reginaldo Fernandes.
Mem de Sá.
Secretário — Francisco Soares Aranda
Reuniões: quintas-feiras, às 15 hs

Comissão de Finanças

Alvaro Adolfo — Presidente.
Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
Francisco Viti.
Ary Vianna
Onofre Gomes.
Paulo Fernandes.
Carlos Lindenberg.
João Mendes.
Lima Guimarães.
Fausto Cabral.
Daniel Krieger.
Juracy Magalhães.
Othon Mäder.
Júlio Leite
Lino de Mattos.
Novais Filho
Domingos Velasco.
Suplente
Mendonça Clark.
Mourão Vieira
Otacilio Jurema.
Atílio Vivacqua
Linet Prestes
Mem de Sá
Secretário — Renato Chermont.
Reuniões: sextas-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Redação

1 — Ezequias da Rocha — Presidente.
2 — Gaspar Veirosso — Vice-Presidente.
3 — Argemiro de Figueiredo.
4 — Saulo Ramos. (*)
5 — Sebastião Archer.
(*) Substituído, interinamente, pelo Sr. Rodrigo Lopo
Secretária — Cecília de Rezende Martins.
Reuniões — Terças-feiras às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

Georgino Avelino. — Presidente.
João Villasbôas. — Vice-Presidente.
Lourival Fontes.
Bernardes Filho.
Gilberto Marinho.
Auro Moura Andrade.
Gomes de Oliveira.
Ruy Palmeira.
Secretário: J. B. Castejón Branco
Reuniões: — Quarta-Feiras às 16 horas

Comissão de Saúde Pública

1 — Reginaldo Fernandes — Presidente.
2 — Alô Guimarães — Vice-Presidente.
3 — Ludovico.
4 — Ezequias da Rocha.
5 — Vivaldo Lima.
Secretária — Diva Gallotti.
Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Neves da Rocha — Presidente.
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
Mendonça Clark.
Otacilio Jurema.
Sylvio Curvo.
Domingos Velasco.
Fausto Cabral.
Secretário — Pedro de Carvalho Müller
Reuniões: quartas-feiras, às 18 hs.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes. — Presidente.
Caetano de Castro. — Vice-Presidente.
Alencastro Guimarães.
Maynard Gomes.
Francisco Gallotti.
Sá Tinoco.
Sylvio Curvo.

Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.

Secretária: Romilda Duarte.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos. — Presidente.
Gilberto Marinho. — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Sá Tinoco
Caetano de Castro.
Olimpio de Melo.
Mem de Sá
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos
Reuniões. — Quintas-Feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

1 — Novais Filho — Presidente
2 — Neves da Rocha — Vice-Presidente
3 — Francisco Gallotti
4 — Nelson Fermo
5 — Coimbra Bueno
Secretária: Ily Rodrigues Alves
Reuniões: Quarta-Feiras, às 15 horas.

Comissões Especiais

De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasbôas — Presidente
Georgino Avelino — Vice-Presidente
Atílio Vivacqua — Relator
Filinto Müller
Secretário — José da Silva Lisboa
Reuniões — Quinta-feiras.

Comissão Especial de Estudos da Valorização dos Rios Tocantins e Parnaíba.

Mathias Olympio — Presidente
Domingos Velasco — Vice-Presidente
Mendonça Clark — Relator
Remy Archer
Parsal Barroso
Coimbra Bueno
Ezequias da Rocha
Secretário — José Soares de Oliveira
Reuniões — Sextas-feiras às 20 horas.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente
Mem de Sá — Vice-Presidente
Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral
Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário
Paulo Fernandes
Francisco Arruda — Secretário.

De Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente
Paulo Fernandes — Vice-Presidente
Atílio Vivacqua — Relator
Alberto Pasqualini
Lino de Mattos
Secretário — Sebastião Velga
Reuniões — Quintas-feira.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2.

Atílio Vivacqua — Presidente
Lima Guimarães — Vice-Presidente
Gilberto Maranhão
Gaspar Velloso
Ruy Carneiro
Saulo Ramos
Lourival Fontes
Caetano de Castro
Argemiro Figueiredo
Daniel Krieger
Mem de Sá
Alvaro Adolpho
Albino Guimarães
João Villasboas
Lino de Mattos
Sá Tinoco
Reuniões às-feiras às horas.
Secretário — J. B. Castellan Branco.

Comissão Mista de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho.

Senadores

Lima Teixeira — Presidente
Ruy Carneiro
Munio Müller
Francisco Gallotti
Saulo Ramos
Argemiro de Figueiredo
Othon Mader
Kerginaldo Cavalcanti
Júlio Leite.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 23,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Deputados

Ernani Sátiro — Vice-Presidente
Aarão Steinbruch — Relator Geral
Tasso Dutra
Jefferson Aguiar
Cunha Mello — Presidente
Moura Fernandes
Lourival Leite
Silvio Sanson
Lourival de Almeida
Balmundo Brito.

Ata das Comissões Comissão de Educação e Cultura

5.ª REUNIAO, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1957

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e sete, às quinze horas, reúne-se, sob a presidência do Sr. Senador Lourival Fontes, a Comissão de Educação e Cultura, estando presentes todos os seus membros.

É lida e aprovada, sem observações, a ata da reunião anterior.

Em seguida, a Comissão aprova o parecer favorável do Sr. Senador Mem de Sá, oferecido ao Projeto de Lei da Câmara n.º 390, de 1956, que cria o Museu Nacional de Imigração e Colonização na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Aprova ainda a Comissão os pareceres do sr. Gilberto Maranhão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 32, de 1957, que concede a inclusão da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal e favorá-

vel com emenda, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 62, de 1957, que manda erigir o Pantheon Ricardo Franco do Forte de Coimbra, na Estado de Mato Grosso.

Ambos os pareceres são aprovados pela Comissão.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual, eu, Francisco Soares Arruda, Secretário, lavro a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 28.ª SESSÃO DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 2 DE MAIO DE 1957.

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES JOÃO GOULART E APOLÔNIO SALLES

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

COMPARECERAM OS SENHORES SENADORES

Mourão Vieira. — Cunha Mello. — Sebastião Archer. — Assis Chateaubriand. — Arêa Leão. — João Mendes. — Mendonça Clark. — Onofre Gomes. — Fausto Cabral. — Fernandes Távora. — Kerginaldo Cavalcanti. — Reginaldo Fernandes. — Ruy Carneiro. — Argemiro de Figueiredo. — Apolônio Salles. — Noves Filho. — Nelson Firmo. — Ezequias da Rocha. — Freitas Cavalcanti. — Maynard Gomes. — Lourival Fontes. — Neves da Rocha. — Juracy Magalhães. — Lima Teixeira. — Carlos Lindenberg. — Atílio Vivacqua. — Sá Tinoco. — Lutterbach Nunes. — Alencastro Guimarães. — Caetano de Castro. — Gilberto Maranhão. — Lineu Prestes. — Lino de

Matos. — Domingos Vellasco. — Francisco Nunes. — João Villasboas. — Albino Guimarães. — Gaspar Velloso. — Francisco Gallotti. — Daniel Krieger. — Mem de Sá. — Lameira Bencourt. (43).

O SR. PRESIDENTE:

— A lista de presença acusa o comparecimento de 43 Senhores Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Francisco Gallotti, servindo de 2.º Secretário, propõe a leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1.º Suplente, servindo de 1.º Secretário, lê o seguinte

Expediente

Do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, como segue

Número 163

Fortaleza, 23 de abril de 1957.

A Sua Excelência, o Doutor João Goulart, Digníssimo Presidente do Senado Federal.

Rio de Janeiro (D. F.).

Sr. Presidente:

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará tem a honra de comunicar a Vossa Excelência que, a requerimento do Senhor Deputado Aquiles Peres Mota, foi consignado em ata, um voto de satisfação por motivo da eleição do eminente Senador Juracy Magalhães, para a Presidência da União Democrática Nacional, posto que inegavelmente, evidencia os altos méritos do ilustre filho do Ceará.

Vão-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos de apreço e consideração. — Edson da Mota Corrêa, Presidente.

OFÍCIOS

Da Câmara dos Deputados, sob números 491 e 490, encaminhando autôgrafos dos seguintes

Projeto de Lei da Câmara n. 72, de 1957

N.º 380-B-1950, NA CAMARA DOS DEPUTADOS

Suprime a alínea e, do art. 4.º do Decreto-lei n.º 6.920, de 3 de outubro de 1944.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica suprimida a alínea e, do art. 4.º do Decreto-lei n.º 6.920, de 3 de outubro de 1944, que lhe foi acrescentada por força do disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 8.247, de 28 de novembro de 1945.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n. 73, de 1957

N.º 2.951-B-1953, NA CAMARA DOS DEPUTADOS

Institui o Fundo de Assistência à Maternidade, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Fica instituído o Fundo de Assistência à Maternidade destinado a auxiliar o custeio e a ampliação do serviço hospitalar de assistência à maternidade no Brasil.

Art. 2.º Para cumprimento do disposto no art. 1.º será anualmente

consignada no Orçamento da União, Ministério da Saúde, dotação não inferior a Cr\$ 50.000.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros) que será automaticamente distribuída ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º A dotação a que se refere o artigo anterior será distribuída entre todas as maternidades e hospitais com leitos para parturientes sem fins lucrativos que mantiverem serviço pré-natal para indigentes proporcionalmente ao número de leitos-dias gratuitos concedidos a gestantes pobres.

Art. 4.º Para recebimento do auxílio de que trata esta lei, deverão os estabelecimentos se habilitar até 31 de março de cada ano perante o Ministério da Saúde atendendo às exigências da regulamentação desta lei.

Art. 5.º Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei o Poder Executivo baixará o regulamento do Fundo de Assistência à Maternidade.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Saúde Pública e de Finanças.

N.º 489, encaminhando autógrafos da emenda supressiva ao projeto de lei do Senado n.º 39, de 1954.

EMENDA SUPRESSIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 39, DE 1954

N.º 38-B-955, NA CAMARA DOS DEPUTADOS

Emenda da Câmara dos Deputados ao projeto n.º 38-A, de 1955, do Senado Federal, que cria o Museu da Abolição, com sede na cidade de Recife.

Suprimam-se o art. 2.º e seu parágrafo único.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.

N.º 487, comunicando haver sido aprovada a emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 87, de 1956, que dispõe sobre a pensão de montepio civil dos funcionários públicos federais.

N.º 482, também da Câmara dos Deputados, comunicando para os devidos fins, que o Senhor Doutor Lameira Bittencourt, que acaba de tomar posse do cargo de Senador pelo Estado do Pará, recebeu, como deputado, o subsídio até o dia 30 do mês de abril.

Parecer n. 257, de 1957

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 7, de 1957, que modifica o art. 1.289 do Código Civil.

Relator: Sr. Daniel Krieger.

A proposição em estudo imprime nova redação ao art. 1.289 do Código Civil, de sorte a permitir que as procurações outorgadas por instrumento particular, possam ser passadas por meio datilográfico ou por qualquer outro processo mecânico.

O dispositivo da lei substantiva civil se harmonizará, assim, com a redação dada pelo Decreto-lei número 4.565, de 11 de agosto de 1942, ao art. 107 do Código de Processo Civil, verbis:

"A procuração, quando outorgada por escrito particular, valerá desde que tenha assinado o outorgante e haja sido reconhecida a sua firma".

Não há dúvida sobre a procedência e oportunidade do projeto, o qual, além de colocar-se em harmonia com o ensinamento da doutrina (Plácido e Silva, Pontes de Miranda), consagra medida de ordem prática e de acentuada utilidade na vida moderna.

Face ao exposto, somos preliminarmente pela constitucionalidade do projeto e, no mérito, por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 5 de abril de 1957. — *Cunha Mello, Presidente. — Lima Guimarães, Relator. — Gaspar Velloso. — Argemiro de Figueiredo. — Gilberto Marinho.*

Parecer n. 258, de 1957

Redação final do Projeto de Resolução n.º 43, de 1956, que concede permissão a Murilo Marroquim de Souza, Redator padrão PL-7, para aceitar designação do Poder Executivo, a fim de integrar a Delegação Brasileira à XI Assembleia Geral das Nações Unidas.

Aprovado sem emenda o Projeto de Resolução n.º 43-56, a Comissão Diretora apresenta, a seguir, a sua redação final.

RESOLUÇÃO

O Senado Federal resolve.

Artigo único. É concedida a Murilo Marroquim de Souza, Redator padrão PL-7, permissão para aceitar a designação do Poder Executivo para integrar a Delegação Brasileira, na qualidade de Delegado Substituto, à XI Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, nos termos do art. 253, do Regulamento da Secretaria do Senado Federal.

Sala da Comissão Diretora, em 2 de maio de 1957. — *Apollônio Salles. — Lima Teixeira. — Freitas Cavalcanti. — Mourão Vieira.*

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Acha-se presente o Sr. Manuel Lutterbach Nunes, suplente convocado para substituir o Sr. Senador Paulo Fernandes; durante a licença concedida a esse nobre representante do Estado do Rio de Janeiro.

Designo, para a Comissão que deverá introduzir S. Exa. no plenário, a fim de prestar o compromisso regimental, na forma do disposto no artigo 7.º do Regimento Interno, os Srs. Senadores Carlos Lindenberg, Fausto Cabral e Daniel Krieger.

Acompanhado da comissão, tem ingresso no recinto, presta o compromisso regimental e passa a participar dos trabalhos o Senhor Senador Manoel Lutterbach Nunes. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

Acha-se presente o Sr. José da Costa Paranhos, suplente convocado para substituir o Sr. Senador Domingos Velasco, durante a licença concedida a esse nobre representante do Estado de Goiás.

Nos termos do art. 8.º, § 2.º, do Regimento Interno, S. Exa. passará a participar dos trabalhos da Casa, dispensado do compromisso regimental, visto já o haver prestado ao ensejo da sua primeira convocação. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. Senador Atilio Vivacqua enviou à Mesa discurso, a fim de ser publicado, na forma do disposto no art. 98, § 2.º, do Regimento Interno. Sua Exa. ser atendido.

DISCURSO SUPRA REFERIDO

O SR. ATTILIO VIVACQUA:

Sr. Presidente, o problema da ração é o mais importante e de urgente solução reclamado pelo criador brasileiro, que depende dos resíduos do trigo importado e das escassas tortas oleaginosas, as principais fontes de proteínas que entram no balanceamento das rações.

O Governo de São Paulo instituiu uma Comissão incumbida de apreciar as causas da sonegação e enca-

recimento do farelinho e outros produtos oriundos da industrialização do trigo e de outros cereais. No ano de 1956 os moinhos paulistas receberam 648.386.816 quilos de trigo em grão, de que resultaram 129.677.363 quilos de forragens. No entanto, o produto é mercadoria de câmbio negro.

A escassez desses produtos e os colâricos daí decorrentes, como sejam o câmbio negro, a corrupção das autoridades, os privilégios dos mais abastados e dos amparados pelo favoritismo político, deveriam constituir uma das máximas preocupações do Parlamento e do Poder Executivo.

A dramática deficiência de produtos forrageiros, especialmente para aves e gado leiteiro, já seria, por si mesmo, um crime dos governos contra a alimentação do povo e a economia da Nação, cada vez mais sacrificada pelo encarecimento da vida. Esse crime é, porém, agravado pela desenfreadas e pelas imorais negociações, feitas em torno desses produtos essenciais, graças à cumplicidade, tolerância ou ineficiência da fiscalização oficial. Estão sendo, assim, criminosamente, impatrioticamente, desencorajadas, embaraçadas ou aniquiladas as iniciativas e atividades fundamentais dos avicultores e pecuaristas.

Governantes, parlamentares e políticos não poderão eximir-se da responsabilidade da falta de solução de um problema vital, quando esta solução está em nossas mãos e não chega a ser uma questão transcendental ou complexa. Entretanto, nenhum passo importante damos nesse sentido.

As proteínas são substâncias azotadas existentes nos organismos de todos os seres vivos e insubstituíveis na composição do leite, carne, ovos, sangue, tecidos musculares, glândulas, pelo, etc. Aproximadamente 16 por cento do organismo humano e 18 por cento do gado leiteiro compõem-se de proteínas.

A pobreza de proteínas significa menos leite, ovos e carne, produzidos por animais fracos. As proteínas são as substâncias mais importantes e caras que integram as rações.

Os farelos de trigo e tortas disponíveis no Brasil não correspondem a 1/3 das necessidades reais dos criadores nacionais. A produção nacional de farelo de trigo em 1956 foi da ordem de 575.000 toneladas, das quais aproximadamente 400.000 provenientes do trigo importado. Temos, pois, uma produção de leite, aves e ovos quase artificial, sem raízes nacionais.

A escassez do leite no período das secas e as crises de ovos são devidas sobretudo à deficiência de proteínas de superior qualidade. O gado leiteiro, os animais de engorda e as aves de postura precisam sempre de uma ração suplementar com taxa de proteínas bem mais elevada do que se encontra nas pastagens verdes.

Os capins verdes como o kikufu, micay, pratensis colônia, provisório e o precioso gordura, os mais ricos, contêm apenas 2 a 3,5% de proteínas. As leguminosas mais ricas como o feijão de pacco, kudzu, mucuna, cowpeas, soja, etc., encerram entre 3,5 a 5,5%. Embora mais ricas em proteínas ainda são insuficientes para manter a performance do gado leiteiro, cujas rações devem conter pelo menos 16 por cento de proteínas.

O Brasil para alcançar o mesmo nível de produção per capita da Argentina ou 1/12 ávos da Dinamarca precisará dispor somente como suplemento de ração, de 219.000 toneladas diárias de proteínas, correspondentes a 1.733.000 toneladas de farelos de trigo ou 1.000.000 toneladas de torta de côco babagá.

O aumento da produção de trigo e especialmente de farelos dependem de inúmeros fatores e obstáculos difíceis de serem vencidos em espaço de tempo desejável.

Há 50 anos que se luta para libertar o Brasil da importação do trigo, mas o problema ainda continua insolúvel e até agravado com as crescentes necessidades humanas e animais.

Há mais de 20 anos tenta-se implantar a cultura do trigo em Páras de Minas, onde há solos fosfatados e condições mesológicas consideradas como das melhores do mundo mas o criador das altercas e de outras regiões igualmente propícias ainda não se convenceu em substituir parte de sua pecuária ou culturas de cereais pelo precioso *Triticum sativum*. Mesmo, pois, se dispusessemos de todos os recursos técnicos e econômicos para um amplo e rápido programa de cultura e industrialização do trigo, ainda anos faltariam a mentalidade tritícola, acrisolada a séculos no espírito europeu.

Do de trigo em grão, que 25% de sua manipulação constituem resíduos para alimentação forrageira. Nos Estados Unidos, onde o resíduo de trigo indispensável para manter a avicultura, suino cultura e indústria leiteira, se tornou o produto básico e hierárquico a tal ponto que se poderia dizer que a farinha passou a ser considerada um sub produto.

Paralelamente ao plano tritícola, que deve ser estimulado ao máximo, precisamos procurar com urgência os sucedâneos ou substitutos nacionais dos resíduos do trigo importado a fim de atender ou minorar a aflitiva situação do criador brasileiro.

É esse sucedâneo existe ao nosso alcance e sem limite de produção em todos os quadrantes nacionais. São as hervas e ramas de mandioca desidratadas produtos, no conjunto, mais vitaminados e completos do que o farelo de trigo.

É evidente que não se pretende apontar somente as hervas, como solução para o nosso problema de rações animais cujo equilíbrio depende de variadas dosagens de hidrato de carbono, proteínas, vitaminas e sais minerais que um só alimento não reune. Contudo, é possível alimentar o gado somente com hervas, embora imperfeitamente, enquanto somente com tortas ou farelos é impossível.

O presente trabalho é um resumo da contribuição do técnico Antônio Vivacqua Filho que estudou este e outros assuntos nos Estados Unidos em 1953 e recentemente na Europa, especialmente na Holanda, Dinamarca e Suécia, países de pecuária mais aprimorada do mundo.

PROPRIEDADES DA HERVAS DESIDRATADAS

As hervas desidratadas antes da floração, conforme a espécie, são mais ricas em proteínas e vitaminas do que a maioria dos alimentos concentrados usados nas rações, superando muito ao farelo de trigo, milho integral, feno e várias tortas oleaginosas, conforme a seguinte comparação:

	% Proteína
Farinha de Hervas de 1.ª qualidade desidratadas, antes da floração	25%
Farinha de hervas desidratadas, de inferior qualidade	18,5%
Resíduos do trigo (farelos, farelinhos, etc.)	14 a 17%
Resíduos do polimento do arroz	12 a 13
Farelo de milho	10 a 11
Milho integral	8 a 10
Fenos de leguminosas ..	12 a 16
Feno de alfafa nova ..	14 a 16
Torta de côco macaúba, póipa	16 a 19
Torta de côco nucifera ou da baía	19 a 20
Torta de côco babagá ..	10 a 22%
As hervas desidratadas conservam a sua cor verde primitiva, odor agradávelíssimo e a maior parte do ca-	

roteno, que se transforma em vitamina A, indispensável ao perfeito equilíbrio do organismo humano e animal.

A falta de proteínas e vitaminas nas hervas desidratadas fornece ao animal apreciável suprimento de fósforo, cálcio e elementos raros que previnem o gado contra certas epizootias.

Nos Estados Unidos os animais alimentados com hervas desidratadas apresentaram-se menos estereis devido à presença da vitamina E. Nas hervas desidratadas não se desenvolvem fungos tóxicos dos tipos mucoríneos, aspergillus e penicillus comuns das ensilagens mal preparadas e que produzem graves gastroenterites ou ulcerações na mucosa gástrica. A digestibilidade das hervas desidratadas, conforme estudos da Universidade de Cambridge, é superior à da torta de côco.

M. T. William, Ministro da Agricultura da Inglaterra, considerou as hervas desidratadas como o melhor meio de conservar os elementos nutritivos contidos nas forragens. De fato, as hervas desidratadas são preparadas quando as plantas contêm o máximo de princípios nutritivos e vitaminas isto é, antes da floração. Enquanto nas fenagens as perdas são da ordem de 40% e nas silagens de 30%, é praticamente nula nas hervas desidratadas. Nos Estados Unidos costumam que as perdas de proteínas nas fenagens seriam suficientes para alimentar 750.000 vacas leiteiras durante 6 meses. As silagens e farragens não podem, ainda, conservar tanto tempo como as hervas desidratadas.

Desidratadoras. Na Europa existem em funcionamento aproximadamente 600 desidratadoras de forragens. A desidratadora na Europa e Estados Unidos é feita com um bom negócio pelas empresas particulares e cooperativas. A Holanda recebe divisas com a exportação de concentrados desidratados. Na Dinamarca desde 1931 fabricam e usam desidratadoras para hervas.

Os desidratadores são aparelhos simples em sua linha de construção e funcionamento, muito sólidos, marcha contínua e fácil manejo. Podem trabalhar anos sem desgastes sensíveis. Operam 24 horas seguidas, necessitando para cada período de 8 horas apenas 2 homens para uma produção de 500 a 1.500 kg/h. de forragens desidratadas, conforme o tipo e capacidade do aparelho.

Na Dinamarca e Suécia para produzir 850 toneladas de hervas desidratadas da leguminosa luzerna (10% de humidade final) são necessários 2.500 ton. de hervas verdes com 65 a 75% de humidade representando 103 hectares de luzerna. No Brasil com as leguminosas pode-se obter a mesma quantidade de matéria verde em metade dessa área, ou sejam 50 hectares.

Os desidratadores consomem, em média, 100 gr. de óleo combustível e 70 wats de energia por kg de herva desidratada, o que demonstra ser econômico.

Os capins de qualidade e as leguminosas desidratadas podem minorar dentro de um prazo de tempo muito curto a crise de farenos de trigo, tortas oleaginosas e outros alimentos concentrados como o milho, farelo de arroz, etc. cujo nível de produção ainda não conseguimos elevar no limite desejável.

Para dar início a tão importante trabalho sugerimos instalar as primeiras usinas em Minas, Espírito Santo, Estado do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde o assunto está sendo estudado e há interesse em resolvê-lo.

O Estado de Minas chegou a solicitar ao Congresso um crédito de 3 milhões de cruzeiros para a instalação

ção da primeira usina, o que lamentavelmente não ocorreu.

No Espírito Santo o assunto há muito vem preocupando a zona sul do Estado, onde existe uma pecuária bem desenvolvida, já exportando leite e derivados para o Rio. Nesse sentido aquele Estado já dispõe de estudos que deseja executá-los imediatamente.

No Estado do Rio, o governo tem interesse na desidratadora das rammas de mandioca, como nos estudos técnicos bem desenvolvidos.

No Rio Grande do Sul, também a desidratadora da mandioca e suas rammas foi estudada com interesse e elevado critério técnico.

Para auxiliar a aquisição e instalação das primeiras usinas com capacidade de 500 kg hora de hervas desidratadas, sugiro a abertura de um crédito de 4 milhões de cruzeiros, destinados àqueles Estados.

Conhecemos o interesse com que o Sr. Ministro da Agricultura encara o problema que acabamos de focalizar. Aguardamos, assim, as medidas governamentais de caráter urgente e vital que o país reclama.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

O SR. EZECHIAS DI ROCHA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, recordei, há dias, ao Senador João Melo, Presidente da Aliança Comercial dos Retalhistas de Maceió o recorte de uma entrevista sua ao *Journal de Alagoas*, em que vanilla o preço de gêneros de primeira necessidade.

Por essa entrevista vê-se que os comerciantes de Maceió pediram o apoio da Associação Comercial desta Capital para a louável medida que estão pleteando junto à CACEX, no sentido da reclassificação do bacalhau. A propósito, o Sr. João Melo esclarece que, se for obtida sua reclassificação, isto é, a interferência do bacalhau da segunda para a primeira categoria, em que o valor do dólar norueguês é de Cr\$ 30,60, haverá grande baixa no preço do produto, porquanto o dólar de segunda categoria é cotado em Cr\$ 47,00. Ponha-se ainda o Presidente da Aliança Comercial dos Retalhistas que tem sido o bacalhau, em todas as épocas, o produto que comanda os preços do charque e até da carne verde, do Nordeste, onde aqueles dois gêneros constituem alimentação básica da grande maioria da população. "Somente Alagoas", acrescentar, "consome semanalmente, em média, 80 a 100 toneladas de charque, o qual custava Cr\$ 38,00 em dezembro último e agora, em face do encarecimento do bacalhau e do escassez de transporte subiu repentinamente para Cr\$ 58,00 o quilo, ou seja, teve um absurdo aumento de Cr\$ 20,00 em três meses". E conclui o Sr. João Melo afirmando o alto alcance da medida, pois, além de fazer baixar o preço do bacalhau irá influir, imediatamente, nas cotações de outros produtos de primeira necessidade, como o charque e a carne verde.

Sr. Presidente, tratando-se de gêneros da maior importância para a alimentação da gente nordestina, em cujo cardápio diário entram sempre o bacalhau e o charque e atendendo-se na carência de vida que assafia as populações daquela região, nada mais justo e mais humano que a providência pleteada pela Aliança Comercial dos Retalhistas, de Maceió.

Ao mesmo passo que louvo o Senador João Melo e os seus dignos companheiros da referida Associação, secundando-os no apelo que fazem ao Diretor da CACEX, apelo que deve ser atendido, pois visa a melhorar uma situação angustiosa, qual seja a da alimentação da gente do Nordeste, subnutrida, assolada pelas endemias e

a braços com vários outros problemas.

Vem a pélo lembrar que o Governo, com o seu Plano de Abastecimento está empenhado em minorar a difícil situação alimentar do povo em todo o território nacional. Entre as medidas, não pode deixar de figurar a reclassificação do bacalhau, pleteada pelos retalhistas de Maceió, de vez que suas consequências são as mais benéficas, porquanto baixará o preço de produtos de vital importância para as populações nordestinas.

Em face dessas razões, é de esperar que a CACEX atenda à solicitação da Aliança Retalhista de Maceió, através de cujo diretor não falamos somente os retalhistas, mas também o povo, pleteando uma providência justa e humana, que não lhes podem negar os poderes públicos. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, segundo orador inscrito.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A VISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

Durante o discurso do Sr. Gilberto Marinho, o Sr. João Goulart deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Apolônio Salles.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Atílio Vivasqua, terceiro orador inscrito (Pausa).

Sr. Exa. não está presente. Não há mais orador inscrito. Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido e apoiado a seguinte

Requerimento n. 142, de 1957

Senhor Presidente: Ainda impossibilitado do exercício da Tribuna, mesmo por breve prazo, e para que fique testemunho nos Anais do Senado da repercussão no País da aprovação da indicação de nosso eminente colega e emérito jornalista Senhor Assis Chateaubriand para Embaixador em Londres, requero seja transcrito no *Diário do Congresso* a apreciação divulgada pela ampla cadeia de cerca de quarenta jornais que integram o "Bureau Interestadual de Imprensa", sob a epígrafe "Momento Político", que anexo.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1957. — Onofre Gomes.

O SR. PRESIDENTE:

O presente requerimento será discutido e votado depois da ordem do dia.

Vai ser lido outro requerimento.

É lido o seguinte

Requerimento n. 143, de 1957

Na forma do § 3.º do art. 156 do Regimento Interno, requeremos urgência para a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 284, de 1956, que dispõe sobre a organização do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Econômistas, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1957. — Cunha Mello — João Mendes — Gilberto Marinho — Ary Vianna — Ezechias da Rocha — Caiado de Castro — Lima Guimarães — Lourival Fontes — Gaspar Velloso — Mourão Vieira

O SR. PRESIDENTE:

Também esse requerimento será votado depois da ordem do dia.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Francisco Galloiti.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, acabo de encontrar-me com o Presidente do Clube de Regatas Flamengo, velho amigo meu, e por ele fui certificado de que corre naquele clube — perdoa-me o Senador a expressão o mais querido do Brasil.

Entregou-me S.S. pequena nota, na qual colhi elementos que me possibilitam preferir estas palavras. Não tive tempo, Sr. Presidente, de lê-la integralmente, razão por que a ela me reporto, para comentá-la.

Certo dia, o Flamengo, devidamente autorizado pela Federação Húngara, contratou jogos internacionais com o Honved, clube da Hungria, que tinha permissão para excursionar pela Europa e América do Sul até 31 de março do corrente ano.

No dia 7 de janeiro, a Confederação Brasileira de Desportos comunicou ao Flamengo, por intermédio da Federação Húngara de Futebol, que lhe fora o pedido de licença para os jogos com aquele Clube húngaro. Chama-se a atenção para esse aspecto importante da questão, de vez que ficou evidenciado ter sido o Flamengo autorizado pela Confederação Brasileira de Desportos a realizar a temporada com aquele clube estrangeiro.

No dia 9, ao meio dia — o que faz prova e contra o assinado, o Flamengo adquiriu, pagando imediatamente, todas as passagens, de ida e volta, dos integrantes de delegação húngara. Nesse mesmo dia, porém, às 17 horas, depois de o Flamengo ter assumido todos esses compromissos, chega à Confederação Brasileira de Desportos um ofício da FIFA, — Federação Internacional de Futebol Associação — comunicando que a Federação Húngara havia resolvido, em sua Assembleia Geral, proibido os jogos de futebol em América do Sul.

E a CBD, completamente submissa, que já havia dado ao Clube de Regatas Flamengo, se mear em conta seus prejuízos materiais e a circunstância de estar a Hungria atravessando fase de pressão política externa.

A 13 de janeiro, o clube húngaro embarcou em Milão, com todos os documentos da Delegação em ordem inclusive os vistos do Consulado Brasileiro.

No dia 14, reuniu-se o Conselho Nacional de Desportos, para apreciar a comunicação feita pela CBD, de que cancelara a anterior licença. Nesse dia, quando que o Conselho era o único órgão com competência para autorizar ou não os jogos, e tendo em vista que o Flamengo atendera às exigências da legislação nacional, o Conselho Nacional de Desportos manteve a autorização dada ao Flamengo para a realização da temporada que, destarte, recebeu a aprovação do órgão governamental.

O clube húngaro desembarcou no Rio nesse mesmo dia, realizando-se a temporada esportiva com amplo sucesso popular e prestigiada pela presença de altas autoridades, inclusive do Sr. Presidente da República.

A C.B.D., pela sua Diretoria, encaminhou ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva, uma representação contra o Flamengo e o Botafogo

que, solidário com seu co-irmão, tomara parte nos jogos. Esse órgão da justiça desportiva, que funciona dentro da própria C.B.D., decidiu que não poderia aplicar nenhuma penalidade ao Flamengo e ao Botafogo, visto que esses clubes haviam jogado com autorização do Conselho Nacional de Desportos, e propôs o arquivamento do processo.

Sr. Presidente, quando parecia que a questão estava inteiramente encerrada e superada, é o público desportivo do país surpreendido com a sanção injusta imposta ao Flamengo e ao Botafogo, de suspensão por 45 dias de quaisquer atividades esportivas internacionais.

Se estivesse programado algum jogo internacional dentro desse espaço de tempo, ainda se admitiria a punição, como demonstração de ordem, de disciplina e de vontade de cumprir as leis que regem o desporto brasileiro. Mas não oha nada programado; é uma punição tão somente, caprichosa, senão subversiva, a outros interesses.

Falo, Sr. Presidente, não apenas como rubro-negro, mas como habitante desta Capital, que tem no Flamengo o seu grande e querido clube, que, ainda ontem, data do trabalhador nacional se permitiu a exibir-se no Estádio do Vasco da Gama, para disputar o célebre Fla-Flu, em homenagem ao operariado brasileiro, que assim assistiu a uma belíssima partida de futebol.

Que os homens da C.B.D. refutem um pouco mais, se têm conta da injustiça praticada e anulam esse ato, que tanto vem ferir o desporto carioca, o desporto nacional.

Sr. Presidente, confio ainda em que os homens da C.B.D. encontrem o caminho verdadeiro, ponham de lado uma questão superada e não atinjam insinuações como o Flamengo e o Botafogo, que merecem o maior respeito e acatamento da opinião pública brasileira. (Muito bem. Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa projeto de lei do nobre Senador Sebasião Archer.

Lido e apoiado, é despatchado as Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas o seguinte

Projeto de Lei do Senado n. 14, de 1957

Dá ao Aeroporto de Codó, no Estado do Maranhão, o nome de "Magalhães de Almeida".

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º Passa a denominar-se "Magalhães de Almeida" o Aeroporto da cidade de Codó, no Estado do Maranhão.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Pretendendo dar ao Aeroporto de Codó o nome do Comandante José Maria Magalhães de Almeida, quero fazer justiça a um dos maiores filhos da minha cidade natal. O Comandante Magalhães de Almeida, um dos mais brilhantes oficiais da Marinha Brasileira, ao seu tempo, morreu como Capitão de Mar e Guerra mas, antes, prestou os mais relevantes serviços ao Estado do Maranhão.

Muito embora, em particular, não tenha atuado diretamente em benefício da aviação comercial, mesmo porque, àquela época esta praticamente não existia, a sua vida pública, quer como Deputado, quer como Senador ou como Governador do meu Estado, foi honrada pelo seu acertado espírito de homem probo e administrador feiundo.

Magalhães de Almeida foi um dos maiores animadores da navegação costeira e não lhe faltaram iniciativas elogáveis no exercício do seu mandato de Deputado na Constituinte de 1933. Anteriormente, de 1923 a 1930, quando no Governo do Estado, iniciou o trabalho pioneiro de rasgar todo o território maranhense com estradas carroçáveis.

Não só no terreno político mas também no campo administrativo teve o meu eminente conterrâneo marcada atuação, tendo exercido ainda as funções de adido naval junto a nossa Embaixada em Roma, onde teve oportunidade de evidenciar os sólidos conhecimentos profissionais que possuía.

Trata-se, como se vê, de perpetuar o nome de eminente filho de Codó, no Aeroporto de sua cidade natal.

Parece-me, justificada, mesmo no que se refere a sua legalidade, de acordo com a Lei n.º 1.909, de 27 de março de 1953, a presente Proposição.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1957. — Sebastião Archer.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à ordem do dia.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 20, de 1954, que reduz de 10% anualmente, com base no volume exportado em 1953, as exportações de minério de manganês das jazidas do Estado de M. Gerais; tendo pareceres favoráveis sob ns. 219 e 220, de 1957, das Comissões de Economia e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 144, de 1957

Nos termos dos arts. 126, letra f, e 155, letra b do Regimento Interno, requer o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 20, de 1954 a fim de se fazer na sessão de 9 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1957. — Gaspar Velloso.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 284, de 1945, que dispõe sobre a organização do Serviço de Assistência e Seguros Social dos Econômistas, e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia em virtude do Requerimento n.º 110 de 1957, do Sr. Senador Cunha Mello, aprovado na sessão de 22 de abril de 1957); das Comissões de Legislação Social, favorável; Serviço Público, favorável; e de Finanças favorável, com as emendas que oferece, sob ns. 1-C a 7-C.

O SR. PRESIDENTE:

Na sessão de 22 de abril findo, foi aprovado o Requerimento n.º 110, de 1957, em que o Sr. Senador Cunha Mello solicitava a inclusão deste projeto em Ordem do Dia, nos termos do art. 31, letra a, do Regimento Interno, em virtude de haver a Comissão de Finanças, em cujo poder se achava ele, esgotado o prazo regimental sem proferir o seu parecer.

Requisitado o projeto da referida Comissão, esta o encaminhou à Mesa com o seu pronunciamento por escrito, devidamente assinado.

Incluída a matéria na Ordem do Dia da presente sessão, está, assim, cumprida a deliberação do Senado provocada pelo requerimento do Sr. Senador Cunha Mello.

O parecer da Comissão de Finanças, depois de se manifestar favoravelmente ao projeto, com as modi-

ficações constantes das emendas que oferece, de ns. 1-C a 7-C, assim conclui:

"Sobre o art. 18 especificamente deve se manifestar a Comissão de Justiça".

A matéria não havia sido distribuída à Comissão de Constituição e Justiça visto já haver sido objeto de exame e parecer favorável do órgão correspondente da Câmara dos Deputados.

O Regimento Interno, no art. 62, alínea c, torna desnecessária a audiência dessa Comissão, em tais circunstâncias, salvo se qualquer Senador a requerer.

Tem sido norma invariavelmente adotada pelas Mesas do Senado considerar como requerimento da Comissão a sugestão ou proposta de diligência configurada nos termos da observação final do parecer da Comissão de Finanças.

Diz o art. 118 do Regimento:

"Art. 118. Se os pareceres concluírem pedindo informações, reunião de comissões em conjunto ou audiência de outra Comissão, serão considerados requerimentos e depois de lidos em sessão, despatchados pelo Presidente".

No caso, trata-se de projeto incluído em Ordem do Dia por deliberação do Plenário, pelo fato de haver a última Comissão a que estava distribuído, excedido o prazo regimental sem oferecer o seu parecer.

Em circunstâncias como essas, a Mesa tem submetido ao voto do Plenário a diligência alvitrada.

E é assim que procederá no caso presente.

Vai, pois, ser preliminarmente consultada a Casa sobre a audiência da Comissão de Constituição e Justiça, conforme proposta da Comissão de Finanças.

O SR. FREITAS CAVALCANTI:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Senado tem adotado como norma, cancelar a audiência da Comissão de Constituição e Justiça, desde que projeto originário do outro Casa do Congresso já tenha sido, ali, submetido à apreciação do órgão análogo.

Ocorre, porém, circunstância nova: é a própria Comissão de Finanças que sugere a audiência da Comissão de Constituição e Justiça, em torno de norma contida no projeto.

Cabe ressaltar, Sr. Presidente, que ainda há poucos dias verificamos que projeto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados mereceu reparos nesta Casa, sobre o aspecto da própria constitucionalidade, por parte do eminente Senador João Villasbôas. Naquela ocasião, discutia-se a possibilidade de se ampliar a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento. São elas supridas, como sabem V. Exa. Sr. Presidente, e o Senado, nos Municípios onde não existem, pelos próprios Juizes de Direito das respectivas Comarcas. O projeto oriundo da Câmara dos Deputados adotava sistema novo: ampliava a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal, para incluir municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Óra, é evidente, que, mesmo examinado o projeto, na Câmara dos Deputados, do ponto de vista de sua constitucionalidade, não seria demais se modificasse a prática vigente no Senado, que, como Câmara revisora e com a necessária serenidade, poderia mais detidamente e com mais tempo, fixar o problema da constitucionalidade ou inconstitucionalidade dos projetos.

Por este motivo, Sr. Presidente, quero manifestar meu pensamento favorável à sugestão da Comissão de

Finanças, no sentido de que a douta Comissão de Constituição e Justiça do Senado se pronuncie, não só com relação à matéria, mas, de modo geral, sobre a constitucionalidade do projeto que é submetido à consideração desta Casa. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a proposição da Mesa, para a remessa do Projeto de Lei n.º 284, de 1953, à Comissão de Constituição e Justiça, conforme solicitação da Comissão de Finanças.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovada.

O Projeto vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 5, de 1957, que concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais ao jornalista e educador patricio Jacy Régio Barros; tendo pareceres favoráveis, sob ns. 131 e 132, de 1957, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa) Encerrada.

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão de Redação:

PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 5, de 1957

(N.º 3.788-C, de 1953, na Câmara dos Deputados)

Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais ao jornalista e educador patricio Jacy do Régio Barros.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º E' concedida ao jornalista e educador patricio Jacy do Régio Barros a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais como reconhecimento público e prêmio ao seus trabalhos.

Art. 2.º O pagamento da pensão estipulada no art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 25, de 1957, que modifica o art. 1.º da Lei n.º 2.576, de 17 de agosto de 1955 dispõe sobre as inspeções de saúde dos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências; tendo pareceres favoráveis, sob números 152 e 153, de 1957, das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Em votação.

Os Srs. senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vão à sanção:

PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 25, de 1957

(N.º 1.094-B, de 1956, na Câmara dos Deputados)

Modifica o art. 1.º da Lei número 2.576, de 17 de agosto de

1955 (Dispõe sobre as inspeções de saúde dos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 1.º da Lei n.º 2.576, de 17 de agosto de 1955, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º As inspeções de saúde dos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, bem como as de candidatos a cargo e funções do mesmo Ministério, para efeito de posse, exercício, aposentadoria, controle de faltas ao serviço e licença, e os exames de sanidade e capacidade física ocasionais ou periódicos serão realizados:

a) — no Distrito Federal, para efeito de aposentadoria, pela Junta de Saúde da 3.ª Zona Aérea, e para os demais casos, pelas Juntas de Saúde dos diversos órgãos da Aeronáutica, de acordo com as instruções que forem baixadas pelo Ministro.

b) — nos Estados e Territórios, pelas Juntas de Saúde dos diversos órgãos da Aeronáutica, de acordo com as instruções que forem aprovadas para as inspeções de saúde naquele Ministério.

§ 1.º Os laudos de que trata a alínea b deste artigo, quando para efeito de aposentadoria, serão revisados pela Junta de Saúde do Quartel General da Zona Aérea respectiva, sem cuja aprovação não terão validade.

§ 2.º Quando se tratar de controle de faltas ao serviço ou licença até noventa dias, de servidor que se encontre em localidade onde não funcione nenhum dos órgãos mencionados neste artigo, será admitido laudo de outros médicos oficiais, ou, ainda e excepcionalmente, atestado passado por médico particular, com firma reconhecida, sujeito desse atestado a homologação por Junta de Saúde da Aeronáutica.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 26, de 1957, que denomina Aeroporto Carlos Ruhl o Aeroporto de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul; tendo pareceres favoráveis, sob ns. 176 e 177, de 1957, das Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Encerrada.

Em votação.

Os srs. senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 26, DE 1957

(N.º 1.412-B, de 1956, na Câmara dos Deputados)

Denomina Aeroporto Carlos Ruhl o Aeroporto de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É denominado Aeroporto Carlos Ruhl o Aeroporto de Cruz Alta, situado no município do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 60, de 1956, originário da Câmara dos Deputados, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Delyo de Almeida Alvares, para desempenhar a função de professor na Escola Preparatória de Cadetes do Ar; tendo pareceres favoráveis (ns. 185 e 186, de 1957) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Encerrada.

Em votação.

Os srs. senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão de Redação.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 60, DE 1956

(N.º 100-A, de 1956, na Câmara dos Deputados)

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Delyo de Almeida Alvares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É mantida a decisão do Tribunal de Contas, de 12 de dezembro de 1955, que negou registro ao em 18 de fevereiro de 1955 entre o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Delyo de Almeida Alvares, para desempenhar a função de professor na Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

O SR. PRESIDENTE:

Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia, passo a apreciação dos requerimentos lidos na hora do expediente.

Em discussão o Requerimento número 142, do Sr. Onofre Gomes, de inserção nos Anais, do artigo publicado em vários órgãos da imprensa do País sobre o título "Momento Político".

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento, queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

O artigo será publicado nos Anais do Senado.

Em votação o requerimento n.º 143, mara n.º 284, de 1956.

gência para o Projeto de lei da Câmara Sr. Cunha Mello e outros, de ur- Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados (Pausa).

O projeto figurará na ordem do dia.

Está aprovado.

Dia da segunda Sessão ordinária, seguinte a presente.

O SR. PRESIDENTE:

Lembro aos Srs. Senadores a sessão do Congresso Nacional, às 21 horas de

hoje, para apreciação de veto presidencial.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a próxima, a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 4, de 1952, que estabelece regras para a defesa de interesse da Fazenda Pública, em Juízo, e dá outras providências, tendo Pareceres (ns. 179 e 180, de 1957) das Comissões de: Constituição e Justiça, favorável ao projeto e às emendas de ns. 2, 3, 4 e 5 e oferecendo subemenda à de n.º 1 e novas emendas de ns. 6-C e 7-C; — Finanças, favorável ao projeto e às emendas de números 2, 3, 6-C e 7-C; contrário à subemenda à emenda n.º 1 e oferecendo subemendas às de ns. 1, 4 e 5 e novas emendas de ns. 8-C e 14-C.

2 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 203, de 1956, que concede isenção de direitos de importações e mais taxas aduaneiras para um transmissor completo de radiodifusão em ondas curtas importado pela S. A. Rádio Tupi, tendo Pareceres Favoráveis (ns. 199 a 201, de 1957) das Comissões de: Constituição e Justiça, Economia e Finanças.

3 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 287, de 1956, que cria a Comissão de Desenvolvimento do Planalto de Ibiapaba, no Estado do Ceará, subordinada ao Ministério da Agricultura, tendo Pareceres Favoráveis (ns. 181 a 184, de 1957) das Comissões de: Constituição e Justiça, Economia, Serviço Público Civil e Finanças.

4 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 297, de 1956, que concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras para os materiais importados pela Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce, e dá outras providências, tendo Pareceres Favoráveis (ns. 202 e 204, de 1957) das Comissões de: Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.

5 — Discussão única do Projeto de Lei n.º 3, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para auxiliar o Instituto do Cacau da Bahia na conclusão da Escola de Capacitantes da Estação Experimental do Uruguçu, tendo Parecer Favorável, sob n.º 190, de 1957, da Comissão de Finanças.

6 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 45, de 1957, que abre ao Poder Judiciário, — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 215.752,50 para atender às despesas com o pagamento de diferenças de vencimentos, gratificações adicionais por tempo de serviço, gratificações de representação e substituições dos juizes, suplentes e vogais do Tribunal do Trabalho da 4.ª Região, tendo Parecer Favorável, sob n.º 192, de 1957, da Comissão de Finanças.

7 — Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 46, de 1956, que estende os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, aos subtenentes e sargentos que, nessas graduações, participaram da campanha da Itália com a F.E.B. e se encontram habilitados com o curso de comandante de pelotão, seção ou equivalente, e dá outras providências, tendo Pareceres Favoráveis (ns. 226 a 228, de 1957) das Comissões de: Constituição e Justiça; de Segurança Nacional; de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 25 minutos.

ARTIGO QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 142, DE 1957, DE AUTORIA DO SR. ONOFRE GOMES, APROVADO NA SESSÃO DE 2-5-57.

MOMENTO POLÍTICO

CHATEAUBRIAND EMBAIXADOR

Rio, (Do observador do Bureau Internacional de Imprensa).

Está o Sr. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo feito Embaixador na Inglaterra. Com votos contra, o Senado aprovou o sua indicação, faltando, agora, apenas, o decreto de nomeação, que virá coroar a maior aspiração do grande e irrequieto jornalista: a de representar o seu país junto a Corte da Rainha Elizabeth.

Dias atrás, o representante maranhense — tão frequente na tribuna do Monroe — agradeceu aos seus pares pela votação recebida. Os votos contrários — disse — receberam-nos como estímulo para uma revisão na sua vida, agora que irá dedicar-se a uma missão inteiramente diversa da que o absorveu desde a mocidade. Não escondeu que pleiteara o posto quando o atual presidente era ainda candidato.

O Sr. Assis Chateaubriand é, inegavelmente, um nome internacional. Dentro do país, sua popularidade ultrapassa à dos grandes cartazes do esporte, e do rádio. Isto porque, além de discutido na grande massa, o é também nos setores do alto mundo político, social e de negócios, onde pouco penetram aqueles ídolos populares.

Nas grandes capitais do mundo — Paris, Roma, Londres, Nova York — esse homem pequeno esultante se movimenta como se estivesse em casa.

Sua extraordinária projeção na vida nacional e nos círculos internacionais é a deve à sua ação exclusiva.

O bacharel provinciano, de inteligência penetrante, cedo conquistou a cadeira de Direito Romano da Faculdade de Recife. Outro se contentaria com a vitória. Ele, porém, não tinha temperamento para passar a vida toda a repetir velhos brocados latinos. Ei-lo no Rio, advogando e fazendo jornalismo, percorrendo a Alemanha derrotada para fixar em reportagens memoráveis seus grandes e angustiosos problemas. Ei-lo, anos depois, à testa do "O Jornal", destinado a ser o órgão líder de uma extensa cadeia de jornais, revistas, estações de rádio, televisões espalhadas por todo o território nacional.

Verdadeiro império jornalístico. E não ficou aí a atividade do irrequieto paraibano. Lançou-se em numerosos empreendimentos industriais; tornou-se fazendeiro de café, criador de zebu. E mais ainda: fez-se político, elegendo-se senador em duas legislaturas e conquistou a imortalidade, escolhido para a Academia Brasileira de Letras, na vaga do ex-presidente Getúlio Vargas.

Chateaubriand é um espírito marcado pela inquietação, não conseguindo repousar de um empreendimento, audacioso ainda. Inquietação e mobilidade, de espírito que se retratam por inteiro nos seus atrigos vazados em estilo pessoal e abordando os temas mais diversos, e nos frequentes e caustiosos discursos, com os quais fustica a modorra do Senado, sustentando do-se campeão do "entreguismo" numa teses mais extremadas, confessando terra de "tupiniquins e intratáveis".

Seu temperamento insofrido reflete-se, ainda, na sua extrema mobilidade física, não se sabendo nunca se está no Rio, São Paulo, Paris, Nova York, Cairo ou na serra do roncador.

O Sr. Assis Chateaubriand é, inegavelmente, o homem mais falado do país, combatido por grande número e aplaudido por muita gente, considerado benemérito por uns e atacado impiedosamente por outros, falange de seus inimigos irreconciliáveis.

Vendo-lhe a vida e os empreendimentos sem prevenção, devemos reconhecer que o novo embaixador da Inglaterra é um homem de grandes e numerosos defeitos e virtudes igualmente grandes e numerosos. Balanceando uns e outros, no entanto, força é reconhecer que lhe sobra saldo positivo considerável, como criador de uma rede poderosíssima de divulgação e como animador de campanhas a que devermos a mentalidade aeronáutica

nacional, o despertar do interesse coletivo pelos problemas da infância e a organização de um museu de arte que, em poucos anos, ganhou notoriedade nacional.

Vai o Sr. Chateaubriand para Londres. O homem irrequeito deve tratar com gente diplomática, aferrada a costumes milenares, inimiga da pressa.

Os fatos dirão sobre o acomodamento desses temperamentos antagônicos.

TRECHOS DO DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ATTILIO VIVACQUA NA SESSÃO DE 26 DE ABRIL DE 1957, QUE SE REPUBLICAM POR TEREM SAÍDO COM INCORREÇÕES.

Vemos assim como é certa e fidedigna a apreciação do Dr. Afrânio de Mello, porque ao contrário não a teria

recolhido o observador econômico.

As mesmas regras de interpretação para os parágrafos são aplicáveis neste ato internacional e dentre elas a regra de que se presume que cada parte teve a intenção de obrigat-se menos. (Antokoletz, "Tratado de Derecho Público en tiempo de paz y en tiempo de guerra", pág. 2723.